

Liberdade acadêmica e ensino superior em Moçambique

TERESA CRUZ E SILVA

Resumo

O neoliberalismo alterou o papel social e as identidades das universidades moçambicanas marginalizando grupos sociais mais desfavorecidos.

Apesar dos avanços nos sistemas políticos de países africanos, a autonomia das instituições de pesquisa e ensino foi prejudicada. Baseada na experiência das universidades públicas moçambicanas, essa reflexão destaca as discussões dos anos 1990 sobre a liberdade acadêmica na África.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior; Liberdade Acadêmica; Moçambique.

TERESA CRUZ E SILVA

Professora da UEM, pesquisadora do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (Codesria) e diretora do Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança, Moçambique.



Academic freedom and higher education in Mozambique

Abstract

Neo-liberal policies has changed the social role and identity of Mozambican universities and marginalized the poorest social groups. Despite the advances in many African political systems, the autonomy of educational and research institutions have been threatened. Using the experience of Mozambican public universities, this study reflects upon the 1990's discussions on academic freedom in Africa.

Keywords: Higher Education Institutions; Academic Freedom; Mozambique.

1 INTRODUÇÃO¹

Sob os auspícios do Conselho para o Desenvolvimento das Ciências Sociais em África (Codesria), em novembro de 1990, os académicos africanos reuniram-se num simpósio em Kampala, capital de Uganda, para discutir a situação da pesquisa em ciências sociais em África e as barreiras impeditivas ao seu desenvolvimento. A problemática da liberdade académica e a questão da responsabilidade social dos atores envolvidos neste processo constituíram os pontos centrais da agenda de trabalho deste encontro.² Em face das constantes violações dos direitos humanos que colocavam em xeque os direitos intelectuais e liberdades académicas de cidadãos de vários países africanos, os participantes deste simpósio adotaram a Declaração de Kampala.³

Tal como havia já sucedido com a Declaração de Dar-es-salaam, a de Kampala (ambas do mesmo ano) emergiu de uma reação às ameaças constantes às liberdades académicas e à autonomia das universidades, que vinham tomando corpo em vários lugares do continente africano. Quer a Declaração de Dar-es-salam, quer a de Kampala, nascidas no contexto de processos políticos autoritários, fazem apelo aos direitos civis e políticos para o seu enquadramento. A Declaração de Kampala, por exemplo, inclui entre os direitos da comunidade intelectual a liberdade de movimentos, associada à liberdade de opinião, crença ou ainda de atividades, e trata também da autonomia universitária e as obrigações do Estado perante a comunidade intelectual, ao mesmo tempo em que realça as obrigações da própria comunidade intelectual.

1 Este artigo é uma versão ampliada da comunicação apresentada em Oran, Argélia, em 2010, durante uma conferência sobre liberdades académicas, financiada pelo Codesria. O texto original pode ser consultado em http://www.codesria.org/IMG/pdf/Teresa_Cruz_e_Silva_17_May_2010.pdf

2 Para mais informações sobre o encontro de Kampala ver: Diouf, M.; Mamdani, M. (1994).

3 O preâmbulo da Declaração de Kampala faz sua contextualização enquadrada em dispositivos internacionais e chama a atenção da comunidade intelectual africana para a necessidade da sua autonomia e do dever das suas responsabilidades. O capítulo I trata de direitos e liberdades fundamentais. O II trata das obrigações do Estado; o III da responsabilidade social dos membros da comunidade intelectual e o IV trata de questões relativas à implementação deste documento.

As atividades subsequentes a esta Declaração, incluindo os instrumentos criados para sua monitoria, são marcos importantes para os desenvolvimentos que se operaram no seio da comunidade de acadêmicos deste continente.⁴

Independentemente das discussões que se realizaram e se realizam ainda, em redor da liberdade acadêmica como conceito, parece-me muito mais interessante e relevante observar o presente significado dos debates e reflexões sobre os efeitos das mudanças políticas globais em curso desde a década de 1980, e os desafios trazidos por seus impactos às instituições africanas de ensino superior, particularizadas nos consequentes constrangimentos ao exercício das liberdades acadêmicas. Deste modo, tomo como ponto de partida para esta discussão os debates que tiveram lugar em Kampala em 1990, onde se destacam renomados acadêmicos, como Archie Mafeje, Joseph Ki-Zerbo, Claude Ake, Mahamood Mamdani, Issa Shivji, Aysha Iman ou Amina Mama, para mencionar apenas alguns, cujas comunicações foram compiladas num livro editado por Diouf e Mamdani (1994), que do meu ponto de vista se transformou numa obra clássica sobre a discussão desta matéria para o continente africano.

Sem ignorar as transformações ocorridas nos sistemas políticos de muitos países africanos depois da Declaração de Kampala, tenho de reconhecer que as questões e pontos de vista levantados neste simpósio ainda hoje permanecem válidos, em contextos em que, sob pressão das transformações globais, as instituições de ensino superior alteraram sua identidade e consequentemente deixaram de cumprir, pelo menos em parte, seu papel social. Na base destas constatações, é importante observar que em muitos países africanos, a liberdade acadêmica está ainda em risco.

Tomando como exemplo a experiência das instituições públicas de ensino superior em Moçambique, minhas considerações tentarão recuperar alguns pontos e questionamentos levantados em Kampala – em situações nas quais é ainda necessário trabalhar com lideranças universitárias burocratizadas e autoritárias.

4 Para as atividades relacionadas com o processo pós-Declaração de Kampala, e os textos completos das declarações de Dar-es-salaam e Kampala, ver Codesria (1996). O anexo 1 deste artigo contém o texto completo da Declaração de Kampala.

2 AS UNIVERSIDADES AFRICANAS NUM CONTEXTO DE CRISE

Os impactos globais da reestruturação capitalista, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XX, afetaram diretamente os países africanos, com impactos nas suas políticas internas. As transformações socioeconômicas e culturais por que passou cada um dos referidos países aconteceram em tempos diferentes, de acordo com os contextos específicos de cada um. Isso não impediu entretanto que os impactos sobre a produção do conhecimento e sua transformação em mercadoria tivessem consequências similares, com efeitos rápidos, sobre a alteração da identidade universitária em todo o continente, se virmos estas instituições como produtoras de conhecimento e formadoras de pesquisadores que trabalham na produção do conhecimento e das tecnologias.

Com a imposição de políticas neoliberais em meados de 1980, os governos africanos ficaram reféns das organizações financeiras internacionais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, e foram consequentemente “obrigados” a adotar novas diretrizes econômicas e políticas. Este processo conduziu a reformas do Estado que levaram à privatização dos serviços sociais públicos, como a saúde e a educação, para que as instituições nacionais fossem colocadas a serviço do capital. Por sua vez, as alterações às políticas educacionais que se fizeram sentir na maioria dos países africanos colocaram também as instituições de ensino superior reféns das agências financiadoras internacionais.

Em 1986, o Banco Mundial declarou o ensino superior em África como um luxo a que os países africanos não estavam preparados para fazer face,⁵ influenciando e incentivando deste modo não só o desinvestimento a este nível de educação, quer pelas agências financiadoras internacionais, quer pelo próprio Estado, como também o modelo do desenho das políticas públicas para o sector. A Conferência de Jomtiem celebrada em 1990 alertou para os perigos que os países africanos corriam ao negligenciarem o ensino superior para priorizar a educação básica (BROCK-UTNE,

5 No encontro de reitores de Harare (Zimbábue), em 1986, o Banco Mundial considerou o ensino superior em África “um luxo inacessível”.

2003). Mesmo assim, isto não evitou os cortes aos financiamentos ao ensino superior público.

Com a globalização da agenda neoliberal e a conseqüente dominação e controle de todas as formas de reprodução social, as novas formas de inserção social da produção acadêmica transformaram as universidades em alvos estratégicos para a reorganização da sociedade e do próprio capital, anulando deste modo os benefícios que as instituições públicas nacionais já haviam obtido, inseridas nos princípios de direito igual ao acesso ao ensino superior e relativamente às obrigações do Estado no financiamento e apoio ao desenvolvimento das universidades. Esses direitos e benefícios então alcançados não podem ser dissociados dos processos que se seguiram às mudanças de políticas para ensino superior que marcaram a maior parte das universidades africanas nos anos posteriores às independências nacionais. Nas palavras de Shivji (2005), com a ofensiva neoliberal, a universidade transformouse num elefante branco, foi condenada, e o projeto nacionalista abortado.

As novas diretivas desenhadas pelas políticas públicas levaram à redução dos financiamentos às universidades públicas. Com a introdução das políticas que preconizavam a expansão do ensino superior, no mesmo período (anos 1990), a atenção concentrou-se no ensino privado e seu financiamento, bem como nas instituições de ensino superior não universitárias (BROCK-UTNE, 2003). Os finais da década de 1980 e a década de 1990 são períodos marcados por uma abertura política e construção de processos democráticos na maior parte do continente africano. Contraditoriamente, no mesmo período, o Estado transfere para o sector privado parte das suas tarefas de execução das políticas sociais, subordinando-se às determinações do mercado. O quadro acabado de desenhar mostra-nos a existência de novas formas de organização das instituições de ensino superior, particularmente das universidades, transformadas em prestadoras de serviços, governadas por contratos de gestão financeira e orientadas pela relação entre custo e benefício, onde a imposição de critérios burocrático-administrativos estabelece o controle da qualidade, com base em modelos que priorizam a reprodução e a disseminação do conhecimento em detrimento

da sua produção. As universidades passam, assim, a objeto direto dos interesses do mercado.⁶

Alguns estudos (OLUKOSHI; ZELEZA, 2004; SWAYERR, 2004a; MAMDANI, 2007) mostram que na história da implantação e evolução do ensino superior em África, com raras exceções, como são, por exemplo, os casos da África do Norte ou da República da África do Sul, a maioria das universidades nasceu no período entre o fim dos regimes coloniais e os anos pós-independência. Mesmo tendo sofrido notável crescimento e expansão desde essa época, as instituições acadêmicas estão longe de responder às demandas existentes (SWAYERR, 2004a).

Tal como em muitas outras universidades das então colônias portuguesas que atingiram as independências nacionais em meados da década de 1970, em Moçambique, a primeira década da independência foi marcada pela existência de uma única universidade, criada durante o período colonial (1962). Estamos a tratar, assim, na maioria dos casos, de universidades públicas que se transformaram e/ou foram criadas, não só para responder aos programas de desenvolvimento dos governos nacionalistas, apelidadas por isso de "*developmental universities*", como ainda tendo por objetivo a descolonização do pessoal docente e do *curriculum*, sendo o grosso do seu financiamento oriundo do orçamento do Estado (SWAYERR, 2004a; SHIVJI, 2005; MAMDANI, 2007).

Em Moçambique, apenas em 1985-86 foram criadas duas outras instituições de ensino superior, processo seguido de uma expansão gradual do ensino superior nas décadas de 1990 e 2000 (MESCT, 2004; 2005), particularmente depois da abertura à privatização do ensino, durante a década de 1990. Em 2010, entre instituições públicas e privadas, o ensino superior em Moçambique tinha um total de 38 instituições e 81.250 estudantes, cobrindo as capitais provinciais e alguns distritos, contra 16 instituições e 28 mil estudantes existentes em 2005 (MARTINS, 2011). Em 2012, o ensino superior conta com 42 instituições e 100 mil estudantes. Embora estes números testemunhem a expansão do ensino superior, é importante referir que a taxa bruta de admissão em 2011

6 Para uma ilustração clara da situação das universidades africanas, ver por exemplo o estudo de caso da Universidade de Makerere, na Uganda (MAMDANI, 2007).

era de apenas 1,9% (MARTINS, 2011). Com uma população total de 20,2 milhões de habitantes, registados no último censo da população (2007), os dados apresentados mostram que o acesso ao ensino superior é ainda limitado.

O perfil e a evolução do ensino superior em Moçambique, mesmo tendo passado por particularidades inerentes à sua história e contextos específicos, não se diferenciaram muito dos outros processos ocorridos no continente africano a que fizemos referência.

Se nos fosse solicitada uma “lista de compras” para inserir o diagnóstico das universidades públicas moçambicanas no contexto da situação que afeta grande parte das universidades africanas nos períodos pós-meados de 1980 e inícios da década de 1990, poderíamos apontar a título ilustrativo:

i) A redução de fundos institucionais para a pesquisa e a dependência crescente de financiamentos externos, que moldaram a pesquisa e o ensino a situações como:

- produção científica formatada e frequentemente gerenciada por interesses e agendas externas;
- subalternização do papel do acadêmico africano transformado muitas vezes em produtor de informações e reproduzidor de um conhecimento não menos vezes situado fora das realidades africanas;
- distanciamento cada vez maior entre ensino e pesquisa;
- expansão universitária em progresso, sem que para isso se tivessem criado condições para o seu funcionamento. Podemos aqui apontar questões ligadas a infraestruturas físicas, recursos humanos e meios auxiliares de trabalho, como bibliotecas, laboratórios e modernos meios de comunicação.
- abaixamento crescente da qualidade de graduados e pós-graduados oferecidos pelas universidades ao mercado de trabalho.

ii) Em Moçambique, tal como já em 2004 era ilustrado por A. Swayerr, para o resto do continente:

Com a redução dos fundos institucionais para a pesquisa a tendência é que os fundos são provenientes dos doadores ou outros financiadores sem o envolvimento directo da universidade. Particularmente nas ciências sociais este padrão levou a um crescimento da individualização e da informalização da pesquisa (SWAYERR, 2004b, p. 219).⁷

7 Tradução livre.

Neste processo, os mais jovens, com menos oportunidades de acesso a financiamentos, são marginalizados.

Assim, a redução e, em muitos casos, a ausência de financiamentos para a pesquisa e a não existência de infraestruturas básicas e sistemas apropriados de gestão, são caminhos para que as instituições de ensino superior, ou os investigadores, individualmente, cedam rapidamente à sedução das propostas do mercado e do poder das consultorias. Perde-se, gradualmente, a cultura institucional de suporte à pesquisa.

iii) A publicação dos resultados de pesquisa continua a ser uma das grandes fragilidades das instituições de ensino superior públicas. A já referida individualização da pesquisa tem também impactos na publicação, que é, nas palavras de Hountonji, “extra-vertida” (HOUNTONJI, 1995). Esta situação é agravada pelo reduzido acesso de espaços mais inclusivos de discussão e meios de disseminação de resultados mais eficazes e respeitando padrões internacionais.

iv) Os constrangimentos e as barreiras cada vez mais altas que se erguem à produção científica, se colocadas em paralelo com a expansão do ensino superior, levam a uma visível baixa de qualidade de ensino, onde a farsa das exigências vai baixando (nivelada por baixo) na medida do enfraquecimento crescente da qualidade do ensino pré-universitário, o que leva o sistema educacional e seus diversos subsistemas a entrarem num ciclo vicioso difícil de romper.

v) Embora num processo de revisão, presentemente, a avaliação de desempenho de professores das universidades públicas e os requisitos para a progressão na carreira académica colocam um grande peso no ensino, em detrimento das actividades de pesquisa, o que não estimula a investigação e a publicação de artigos científicos de reconhecimento internacional.

O quadro acabado de descrever ilustra-nos uma universidade onde seu papel de produtora de conhecimentos se reduz a uma função reprodutiva dentro de uma instituição conservadora que perdeu seu potencial emancipatório e se tornou inoperativa nas suas obrigações sociais. Assim, os obstáculos impostos pela globalização neoliberal que constrangem e limitam a produção e a

disseminação de um pensamento crítico colocam em xeque quer a autonomia universitária quer as liberdades acadêmicas. Esta situação é mais séria em países onde os governos nacionais autoritários e repressivos procuram a todo o custo cercar as lutas dos acadêmicos pela devolução a estas instituições do papel o qual foram criadas (SALL; LEBEAU; KASSIMIR, 2003).

Passo a passo, as universidades públicas perdem o espaço necessário para o exercício dos seus direitos. As reformas sucessivamente introduzidas pelos governos destes países dão-nos uma clara imagem do processo de perda gradual da autonomia destas instituições e conseqüentemente das liberdades acadêmicas dos seus membros. A introdução do Processo de Bologna (PB) que transformou os *curricula* de muitas universidades africanas é um dos exemplos que poderemos utilizar para ilustrar esta situação. E, tal como foi observado por Hocine Khelifaoui (2009), relativamente às alterações pelas quais as universidades africanas têm passado com a introdução do Processo de Bologna:⁸

A reforma, apresentada no discurso dominante como um facto “inevitável”, associado às necessidades da “globalização”, resultou em debates públicos ínfimos relativos à realidade e ao futuro do ES [Ensino Superior], ou mesmo sobre conteúdo da própria reforma (KHELFAOUI, 2009, p. 22).⁹

Em Moçambique, tal como em outras universidades africanas, as reformas curriculares ocorridas nas universidades públicas em finais da primeira década de 2000 impuseram e “venderam” o Processo de Bologna como um meio incontornável para fazer face às exigências de integração nos processos mais globais dos sistemas de educação. Estas reformas foram entretanto marcadas por uma marginalização dos agentes sociais locais, onde a consulta pública foi insignificante. Com o método de Bologna, a reforma

8 O Processo de Bologna é um modelo de reforma do ensino superior com origem na Europa, desenhado a princípio com o objetivo de permitir a circulação de estudantes e professores e para a criação de um sistema europeu de educação unificado. O modelo foi depois “importado” por vários países não europeus, incluindo Moçambique. Pela sua não adequação ao sistema de ensino superior no país, foi largamente contestado, sendo objeto de reestruturação para novas reformas.

9 Tradução livre. “The reform, presented in the dominant discourse as an ‘inevitable’ fact, linked to the requirements of ‘globalization’, has resulted in little significant public debate on the reality and the future of HE [Higher Education], or even on the content of the reform itself” (KHELFAOUI, 2009, p. 22).

do ensino superior introduziu em 2009 (Lei 27/2009) o sistema de três ciclos de estudo (graduação, mestrado e doutorado), completamente desconectados das realidades locais. E, tal como os casos mencionados por Hocine Khelifaoui (2009), a exclusão de uma real participação de acadêmicos e estudantes no processo de introdução do sistema de educação de Bologna, significando sua exclusão na construção das suas próprias instituições no processo de reformas, retirou-lhes qualquer direito de desempenharem um papel ativo, como agentes e supervisores do sistema de políticas públicas para a educação. Este quadro orienta-nos para a discussão sobre liberdades acadêmicas e a responsabilidade social dos acadêmicos ante estes novos desafios.

A reforma curricular introduzida com a adoção do modelo de Bologna foi realizada num contexto em que teve que fazer face a:

- Consequências de um sistema de educação pré-universitária frágil, onde a fraca qualidade de ensino foi agravada pelo desenvolvimento desigual do país que condiciona desigual acesso à formação e à formação escolar;

- Crise universitária marcada pela falta de fundos para a pesquisa e para o ensino, recursos humanos e infraestruturas incompatíveis com o número de estudantes matriculados;

- Descontentamento generalizado do corpo docente, quer pela falta de condições de trabalho, quer ainda pela existência de uma liderança autoritária e burocratizada.

Um breve balanço dos resultados da aplicação dos primeiros três anos da reforma que introduziu o Processo de Bologna mostra-nos o descontentamento do corpo docente, não só com a fraca qualidade dos graduados que foi possível produzir durante este período, mas também com a ausência de diálogo entre a liderança universitária, docentes, estudantes e outros trabalhadores das instituições. Este quadro foi agravado pelas enormes dificuldades a que as universidades tinham de fazer face para poderem alcançar os objetivos da sua missão, como produtoras de conhecimento.

3 LIBERDADE ACADÊMICA E O PAPEL SOCIAL DOS INTELLECTUAIS AFRICANOS

Na sua análise sobre o impacto das mudanças globais sobre a liberdade acadêmica em África, em 1990, Ali Mazrui (1994) questionou-se se seria possível falar de liberdade acadêmica, sem independência intelectual, quando a primeira deve fazer parte dos princípios que regem as universidades. Este questionamento mantém-se válido numa situação de autoritarismo e prepotência, e quando uma administração universitária burocratizada intensifica a crise de recursos institucionais, a ausência de bibliotecas condignamente equipadas e as dificuldades para estabelecer uma inter-relação intelectual – que cria barreiras para o desenvolvimento da pesquisa e a disseminação do conhecimento, reforça deste modo a crise institucional das universidades públicas.

Apesar do desenvolvimento do uso dos meios mais modernos de informação e tecnologia que facilitam a partilha de informação, aspetos considerados fundamentais para o avanço da ciência, continuamos a viver numa situação onde o acesso a meios de comunicação e informação e sua partilha são usados, ainda em muitos casos, de forma primária, como meios de ensino e pesquisa, em várias regiões do continente

Como já referido, depois da Declaração de Kampala, o continente africano passou por diversas experiências que conduziram a alterações políticas e permitiram a abertura de um espaço para discussão e introdução de regimes mais plurais. No entanto, a aplicação de medidas que visavam responder aos interesses do sistema de globalização neoliberal acabou por contribuir para a introdução, ou reforço, de lideranças universitárias autoritárias. Se somarmos este aspecto às reformas administrativas e de caráter curricular voltados a responder ao mercado, fica claro que todo este contexto contribuiu para minar a legitimidade das instituições. Em tais circunstâncias, é lícito perguntar qual o papel social das universidades.

Embora a partir de 2011 se desenhem sinais de mudança¹⁰ em algumas universidades públicas, as práticas administrativas

10 As mudanças operam-se na relação entre a liderança das instituições e docentes e estudantes, bem como na abertura para a introdução de reformas curriculares com uma participação mais ativa dos corpos docente e discente.

que guiam a gestão das universidades moçambicanas não se distanciam muito do quadro acabado de descrever. Na sua análise sobre as instituições de ensino superior em Moçambique e os sinais inquietantes que começam a tomar corpo nas universidades, Aurélio Rocha observou:

Estes sinais são visíveis não apenas na redução progressiva dos apoios do Estado, como, principalmente, na “massificação” do ensino e consequente deterioração da formação, constituindo um elemento perturbador da ordem económica, traduzida na desmoralização crescente do trabalho universitário e no abandono dos seus agentes mais qualificados (ROCHA, 2011, p. 147).

Se para muitas situações falar de direitos humanos e o exercício da cidadania é tratar de algo que se visualiza muito distante da realidade, várias questões se levantam no tocante à forma como devemos tratar as liberdades académicas. Assim, quando os reitores das universidades públicas continuam a ser nomeados por decisões políticas sem tomar em conta a opinião da comunidade académica, ou quando a liderança das faculdades, departamentos e centros de pesquisa segue passos semelhantes, haverá espaço para um diálogo entre a administração universitária e o seu corpo académico? Poderemos falar de relação entre o Estado e a comunidade académica? Ou poderão as medidas administrativas tomadas de cima para baixo resultar no crescimento de uma liderança universitária autoritária e na marginalização simultânea dos estudantes, trabalhadores das universidades e os académicos, reforçando deste modo as divisões entre académicos de acordo com as suas cores políticas e/ou interesses individuais? Em tal contexto, como lidar com a autonomia universitária e a liberdade académica? Teremos nós fronteiras para separar o campo académico do espaço político? Ou mesmo, como lidar com a crise institucional que afeta as universidades africanas?

4 NOTAS CONCLUSIVAS

O ensino superior público em Moçambique é um exemplo claro do muito que ainda é necessário realizar. Considerado pelas agências internacionais como um exemplo de sucesso no processo de construção democrática e o crescimento económico depois da guerra civil, este país não é, contudo, o melhor exemplo no

referente ao exercício da liberdade acadêmica, pelo quadro que acabamos de referir e repisado várias vezes ao longo deste texto.

Reclamar a liberdade acadêmica sem a participação e o engajamento de cada membro da comunidade de pesquisadores não é entretanto viável. É preciso fazer valer nossos direitos com responsabilidade, por forma a restabelecer e a preservar esta liberdade, contra o desenvolvimento da politização do espaço acadêmico, através do uso de redes acadêmicas pan-africanas ainda não permeadas por agendas políticas ou econômicas. As lutas pela mudança significam também a luta contra a passividade e contra uma assimilação fácil de rotinas comportamentais entre acadêmicos, que podem contribuir para minar as ideias de mudança. Se os compromissos políticos de alguns acadêmicos impedem se levar a cabo processos de transformação, isso não deve impedir que se procurem estabelecer mecanismos que levem as lideranças a ouvir as preocupações dos acadêmicos.

As políticas públicas para a educação são, de certo modo, um produto dos contextos sociais, econômicos e políticos das sociedades onde são construídas e não podem ser avaliadas fora dos impactos produzidos pelas mudanças globais sobre as economias locais e sobre os processos ideológicos e sociais. A crise por que passam as universidades africanas desde meados de 1980, com um grande impacto no enfraquecimento das liberdades acadêmicas na maior parte das instituições de ensino superior, é consequentemente o resultado dos contextos econômicos e políticos nos quais suas universidades estão implantadas. Em tal contexto, só a comunidade acadêmica pode lutar para a alteração da presente situação, em lugar de assumir um papel pacífico como vítima do processo enquanto espera por uma solução vinda do exterior.

[...] a liberdade acadêmica funda-se na pesquisa e difusão do conhecimento, do mesmo modo que a determinar o que tem o mérito de ser considerado objeto desse processo. Na verdade, a liberdade acadêmica é desejável já que a sua negação tende a inibir a criatividade e a proteger as ortodoxias em lugar de permitir a crítica pelas ideias novas, e a diminuir as oportunidades

de colocar a nu e corrigir os erros que causam grandes prejuízos à sociedade (AKE, 1994, p. 20).¹¹

À luz das palavras de Claude Ake, a comunidade acadêmica tem ainda um longo caminho a percorrer para retomar o papel social que a universidade deve desempenhar e para reconquistar ao mesmo tempo sua missão no espaço público, de forma crítica e emancipatória.

11 Tradução livre. [...] la liberté académique consiste à recherché et à diffuser la connaissance ainsi qu'à déterminer ce qui mérite d'être l'objet de ce savoir. Vraisemblablement, la liberté académique est souhaitable parce que sa négation tend à inhiber la créativité, à protéger les orthodoxies en place du défi susceptible d'être posé par les idées nouvelles, et à réduire les chances de mettre à nu et de corriger les erreurs au grand préjudice de la société (AKE, 1994, p. 20).

REFERÊNCIAS

- AKE, C. Liberté académique et base matérielle. In: DIOUF, M.; MAMDANI, M. (Eds.). **Liberté académique en Afrique**. Dakar: CODESRIA, 1994. p. 19-30.
- BROCK-UTNE, B. Formulating higher education policies in Africa: the pressure from external forces and the neoliberal agenda. **Journal of Higher Education in Africa**, v. 6, n. 1, p. 24-57, 2003.
- COUNCIL FOR THE DEVELOPMENT OF SOCIAL SCIENCE RESEARCH IN AFRICA. **The state of academic freedom in Africa 1995**. Dakar, 1996.
- DIOUF, M.; MAMDANI, M. (Eds.). **Liberté académique en Afrique**. Dakar: CODESRIA, 1994.
- HOUNTONJI, P. Producing knowledge in Africa today. The Second Bashorum M.K. Abiola Distinguished Lecture. **African Studies**, v. 38, n. 3, p.1-10, 1995.
- KHELFAOUI, H. The Bologna process in Africa: globalization or return to “colonial situation”?. **Journal of Higher Education in Africa**, v. 7, n. 1&2, p. 21-38, 2009.
- KI-ZERBO, J. Liberté académique et responsabilité nationale dans un Etat Africain: Cas du Ghana. In: DIOUF, M.; MAMDANI, M. (Eds.). **Liberté académique en Afrique**. Dakar: CODESRIA, 1994. p. 31-41.
- MAMDANI, M. **Scholars in the marketplace**: the dilemmas of neo-liberal reform at Makerere University 1989-2005. Dakar: CODESRIA, 2007.
- MARTINS, Z. **Moçambique está longe de massificar o ensino superior**. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/educacao/abril-2011/mocambique-esta-longe-de-massificar-o-ensino-superior/>>. Acesso em: 11 set. 2011.
- MAZRUI, A. Libertés académiques: état et mondialisme. In: DIOUF, M.; MAMDANI, M. (Eds.). **Liberté académique en Afrique**. Dakar: CODESRIA, 1994. p. 161-170.

MOÇAMBIQUE. Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia. **Instituições de Ensino Superior em Moçambique**. Maputo: Observatório do Ensino Superior Ciência e Tecnologia, 2005. Disponível em: <<http://www.mesct.gov.mz/docs/listaies.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2005.

_____. **Dados estatísticos do ensino superior e instituições**, 2003. Maputo: Observatório do Ensino Superior Ciência e Tecnologia, 2004. Disponível em: <<http://www.mesct.gov.mz/docs/Indica03.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2005.

OLUKOSHI, A.; ZELEZA, P. (Eds.). **African Universities in the Twenty-First Century**, Dakar: CODESRIA, 2004.

ROCHA, A. A Universidade e a sua função como instituição social. In: SILVA, C. & S. **Como fazer ciências sociais e humanas em África**: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. Dakar: CODESRIA, 2011. p. 145-155. (Textos do Colóquio em homenagem a Aquino de Bragança).

SAWYERR, A., Challenges Facing African Universities: selected issues. **African Studies Review**, v. 47, n. 1, p. 1-59, 2004a.

_____. African Universities and the Challenge of Research Capacity Development. **Journal of Higher Education in Africa**. v. 12, n. 1, p. 213-242, 2004b.

SALL, E.; LEBEAU, Y.; KASSIMIR, R. The public dimensions of the University in Africa. **Journal of Higher Education in Africa**, v. 1, n. 1, p. 126-148, 2003.

SHIVJI, I. Whiter university?. **CODESRIA Bulletin**, n. 1&2, p. 3-4, 2005.

Anexo

THE KAMPALA DECLARATION ON INTELLECTUAL FREEDOM AND SOCIAL RESPONSIBILITY (1990)

Preamble

Intellectual freedom in Africa is currently threatened to an unprecedented degree. The historically produced and persistent economic, political and social crisis of our continent continues to undermine development in all spheres. The imposition of unpopular structural adjustment programmes has been accompanied by increased political repression, widespread poverty and intense human suffering.

African people are responding to these intolerable conditions by intensifying their struggles for democracy and human rights. The struggle for intellectual freedom is an integral part of the struggle of our people for human rights. Just as the struggle of the African people for democracy is being generalised, so too is the struggle of African intellectuals for intellectual freedom intensifying.

AWARE that the African States are parties to international and regional human rights instruments including the African Charter on Human and People's Rights and CONVINCED that we, the participants in the Symposium on 'Academic Freedom and Social Responsibility of Intellectuals' and members of the African intellectual community, have an obligation both to fight for our rights as well as contribute to the rights struggle of our people, we met in Kampala, Uganda, to set norms and standards to guide the exercise of intellectual freedom and remind ourselves of our social responsibility as intellectuals.

We have thus adopted the Kampala Declaration on Intellectual Freedom and Social Responsibility on this 29th day of November, 1990.

May the Declaration be a standard-bearer for the African intellectual community to assert its autonomy and undertake its responsibility to the people of our continent.

CHAPTER I FUNDAMENTAL RIGHTS AND FREEDOMS

Section A: Intellectual Rights and Freedoms

Article 1

Every person has the right to education and participation in intellectual activity.

Article 2

Every African intellectual shall be entitled to the respect of all his or her civil political, social, economic and cultural rights as stipulated in the International Bill of Rights and the African Charter on Human and People's Rights.

Article 3

No African intellectual shall in any way be persecuted, harassed or intimidate for reasons only of his or her intellectual work, opinions gender, nationality ethnicity.

Article 4

Every African intellectual shall enjoy the freedom of movement within his or her country and freedom to travel outside and re-enter the country without let hindrance or harassment. No administrative or any other action shall directly or indirectly restrict this freedom on account of a person's intellectual opinions beliefs or activity.

Article 5

Every African intellectual and intellectual community has the right to initiate and develop contacts or establish relations with other intellectuals an intellectual communities provided they are based on equality and mutual respect.

Article 6

Every African intellectual has the right to pursue intellectual activity, including teaching, research and dissemination of research results, without let or hindrance subject only to universally recognised principles of scientific enquiry and ethical and professional standards.

Article 7

Teaching and researching members of staff and students of institutions of education have the right, directly and through their elected representatives, to initiate, participate in and determine academic programmes of their institutions in accordance with the highest standards of education.

Article 8

Teaching and researching members of the intellectual community shall have security of tenure. They shall not be dismissed or removed from employment except for reasons of gross misconduct, proven incompetence or negligence incompatible with the academic profession. Disciplinary proceedings for dismissal or removal on grounds stated in this article shall be in accordance with laid down procedures providing for a fair hearing before a democratically elected body of the intellectual community.

Article 9

The intellectual community shall have the right to express its opinions freely in the media and to establish its own media and means of communication.

Section B: Right to form Autonomous Organisations*Article 10*

All members of the intellectual community shall have the freedom of association, including the right to form and join trade unions. The right of association includes the right of peaceful assembly and the formation of groups, clubs and national and international associations.

Section C: Autonomy of Institutions*Article 11*

Institutions of higher education shall be autonomous of the State or any other public authority in conducting their affairs, including the administration, and setting up their academic, teaching research and other related programmes.

Article 12

The autonomy of institutions of higher education shall be exercised by democratic means of self-government, involving active participation of all members of the respective academic community.

**CHAPTER II
OBLIGATIONS OF THE STATE**

Article 13

The State is obliged to take prompt and appropriate measures in respect of any infringement by State officials of the rights and freedoms of the intellectual community brought to its attention.

Article 14

The State shall not deploy any military, paramilitary, security, intelligence, or any like forces within the premises and grounds of institutions of education.

Provided that such deployment is necessary in the interest of protecting life and property in which case the following conditions shall be satisfied:

- (a) There is clear, present and imminent danger to life and property; and
- (b) The head of the institution concerned has extended a written invitation to that effect; and
- (c) Such invitation has been approved by an elected standing committee of the academic community set up in that behalf.

Article 15

The State shall desist from exercising censorship over the works of the intellectual community.

Article 16

The State is obliged to ensure that no official or any other organ under its control produces or puts into circulation disinformation or rumours calculated to intimidate, bring into disrepute or in any way interfere with the legitimate pursuits of the intellectual community.

Article 17

The State shall continuously ensure adequate funding for research institutions and institutions of higher education. Such funding shall be determined in consultation with an elected body of the institution concerned.

Article 18

The State desist from preventing or imposing conditions on the movement or employment of African intellectuals from other countries within its own country.

**CHAPTER III
SOCIAL RESPONSIBILITY**

Article 19

Members of the intellectual community are obliged to discharge their roles and functions with competence, integrity and to the best of their abilities. They should perform their duties in accordance with ethical and highest scientific standards.

Article 20

Members of the intellectual community have a responsibility to promote the spirit of tolerance towards different views and positions and enhance democratic debate and discussion.

Article 21

No one group of the intellectual community shall indulge in the harassment, domination or oppressive behaviour towards another group. All differences among the intellectual community shall be approached and resolved in the spirit of equality, non-discrimination and democracy.

Article 22

The intellectual community has the responsibility to struggle for and participate in the struggle of the popular forces for their rights and emancipation.

Article 23

No member of the intellectual community shall participate in or be a party to any endeavour which may work to the detriment of the people or the intellectual community or compromise scientific, ethical and professional principles and standards.

Article 24

The intellectual community is obliged to show solidarity and give sanctuary to any member who is persecuted for his or her intellectual activity.

Article 25

The intellectual community is obliged to encourage and contribute to affirmative actions to redress historical and contemporary inequalities based on gender, nationality or any other social disadvantage.

**CHAPTER IV
IMPLEMENTATION**

Article 26

Members of the intellectual community may further elaborate and concretise the norms and standards set herein at regional and pan-African level.

Article 27

It is incumbent on the African intellectual community to form its own organisations to monitor and publicise violations of the rights and freedoms stipulated herein.

RECOMMENDATIONS AND RESOLUTIONS OF THE SYMPOSIUM ON ACADEMIC FREEDOM AND SOCIAL RESPONSIBILITY OF INTELLECTUALS

The State and Academic Freedom

- * The symposium condemned violations of the autonomy of academic institutions through closures, invasion by security, police or military forces, censorship of intellectual work, restrictions on freedom of association, movement, speech and publishing.
- * The symposium demanded the immediate and unconditional release of all intellectuals and their families illegally or extra-judicially detained or imprisoned, the return of those exiled, and an end to all harassment, intimidation and persecution of intellectuals, on the basis of their work.
- * The symposium called upon all States to adequately resource academic and intellectual endeavours because without this there can be no academic freedom.

The Intelligentsia and Intellectual Freedom

- * The symposium called for the creation of a Pan African Organisation to monitor, document and disseminate information on abuses of academic and intellectual freedom and repression, harassment, intimidation and detention of intellectuals.
- * The symposium called for the strengthening and democratisation of existing networks and associations of the African intellectual community through the increased representation of marginalised groups such as women, young and unestablished scholars.
- * The symposium called for the transformation of administrative structures, procedures and practices in academic institutions to make these more representative of and accountable to teachers, researchers, students and others working within them.
- * The symposium called for the promotion of participatory and democratic methods of teaching, research and publishing, and high professional and ethical standards.
- * The symposium called upon African academic institutions to promote intellectual exchanges among African scholars, provide

sanctuary to exiled scholars, and to offer all African academics equal terms of service, remuneration and treatment regardless of nationality.

* The symposium called upon African intellectuals to develop solidarity and supportive networks to defend the collective interests of the intellectual community.

Kampala, November 29th 1990